

INCLUSÃO ESCOLAR: PERCEPÇÕES SOBRE OS IMPACTOS DO ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL

Manoela Rodrigues de Oliveira ¹

Patrícia Santos da Silva ²

Rosângela Maria dos Santos ³

RESUMO

Esta pesquisa trata de uma análise sobre o acompanhamento pedagógico realizado no Instituto Federal de Pernambuco *campus* Cabo de Santo Agostinho, com os alunos portadores de Deficiência Intelectual. O objetivo geral da pesquisa é de analisar as percepções dos docentes sobre os impactos do acompanhamento pedagógico na permanência e êxito estudantil desse público. Os sujeitos da pesquisa fazem parte dos cursos Técnicos e Superiores da instituição. Para tanto, foram entrevistados quatro docentes que atuam nos cursos que os alunos estão matriculados. A pesquisa é de natureza qualitativa, utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário com questões abertas, que foi aplicado com os três professores. Após análise, concluímos que o acompanhamento pedagógico realizado colaborou de forma significativa para a inclusão e êxito dos alunos com Deficiência Intelectual, pois sem ele os discentes não estavam conseguindo progredir nas disciplinas, se sentindo por vezes desestimulados. Além disso, o acompanhamento serviu como ferramenta de orientação para os docentes, redirecionando a forma de avaliação, como também na adaptação dos conteúdos e na organização das estratégias pedagógicas em sala de aula.

Palavras-chave: Inclusão escolar, Acompanhamento pedagógico, Êxito estudantil.

INTRODUÇÃO

A escola em nossa sociedade é o segundo ambiente social que muitos frequentam, e é a instância responsável pela propagação dos conhecimentos científicos produzidos pela humanidade. Dourado (2013) configura a educação como direito social:

Sendo a educação entendida como um direito social, a proposição de políticas envolve, direta ou indiretamente, a ação da sociedade política e da sociedade civil e, em se tratando de um Estado federativo, implica, necessariamente, o envolvimento da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, como entes federados que se encarregam de tais políticas, em seus diferentes níveis e modalidades.

¹ Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, manoela.ro.oli@gmail.com;

² Mestre em Linguística e Ensino pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, ticia.pat@hotmail.com ;

³ Especialista em Língua Portuguesa pela UNICAP/ PE, rosangelasantos50@gmail.com.

Nesse sentido, a escola tem o dever de implementar políticas que incluam todos os sujeitos, promovendo ações que colaborem com o ensino para todos, independente de suas condições físicas e cognitivas. A partir da década de 1960, a luta pelo direito de incluir as pessoas com deficiência na escola foi intensificada no Brasil. Esse momento foi marcado pela democratização da escola pública para a população, porém com a marca ainda existente de exclusão para àqueles que eram considerados “excepcionais”.

O acesso às escolas dos alunos ditos “excepcionais” foi iniciado em classes especiais. Com o passar dos anos, a perspectiva de inclusão escolar foi evoluindo e atualmente os alunos com deficiência tem garantido por lei o direito de estudarem em classes regulares e de participarem de todas as atividades que a escola proporciona. Porém, muitas são as barreiras que os educadores se deparam ao trabalharem com esse público. No entanto, um dos minimizadores dessas barreiras é o trabalho pedagógico individual direcionado para os alunos que apresentarem dificuldades para acompanhar os estudos.

Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo analisar as contribuições do apoio pedagógico prestado aos alunos com deficiência intelectual numa escola pública de educação profissional e tecnológica da Rede Federal de Educação, buscando compreender os impactos desse acompanhamento para a formação dos alunos e as repercussões no trabalho pedagógico dos docentes dentro das salas regulares.

Para tanto foi realizada entrevistas com os docentes dos alunos com deficiência intelectual. Concluímos que o acompanhamento pedagógico contribuiu para o êxito escolar, como também para o desenvolvimento das habilidades sociais, e foi um instrumento de orientação para a adequação do trabalho pedagógico na sala de aula regular.

REFERENCIAL TEÓRICO

Muitas pesquisas indicam a emergência que temos em garantir o direito à educação dos sujeitos que possuem algum tipo de deficiência, que por anos foram excluídos do processo de educação formal, ou que eram separados em salas especiais, sem ter contato com sujeitos que não possuíam. Para que o direito à educação seja efetivado, é necessário que a permanência desse público seja efetivada através de ações que visem adaptações necessárias e de atendimento educacional especializado.

Em 2006, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabeleceu que os Estados devem promover a inclusão de todos os sujeitos com deficiência em todos os níveis de ensino, e que essa inclusão seja plena, garantindo que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Além disso, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 59º, ratifica que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos adequações específicas de acordo com as suas necessidades. Colocar esse direito em prática é um desafio para muitas instituições, porque no chão da sala de aula há muitas barreiras e falta de formação para que esses alunos sejam atendidos de forma adequada.

Trabalhar com alunos com deficiência intelectual no ensino técnico e tecnológico é um desafio para muitas instituições. A adequação curricular e a assistência multiprofissional a esse estudante devem andar em cumplicidade para que o êxito escolar aconteça, senão, a instituição pode ser a facilitadora do abandono escolar desse público. É dentro dessa perspectiva que o direito à educação pode ser concretizado ou não. A atualização docente sobre as novas demandas do público escolar e suas possíveis dificuldades de aprendizagem devem ser tratadas no plano de formação continuada, uma vez que a escola universalizou e está aberta para um público heterogêneo e neurodiverso.

Assim, o trabalho pedagógico deve ser pautado no respeito às diferenças, nas reorientações da dinâmica de sala de aula, na conscientização da equipe como um todo sobre o novo papel de uma escola realmente inclusiva. O apoio pedagógico tem uma importante influência no sucesso dos alunos com deficiência, sendo uma ferramenta para a compreensão dos conteúdos vivenciados em sala de aula.

METODOLOGIA

A pesquisa assume predominantemente a natureza qualitativa. A abordagem qualitativa na pesquisa científica se fundamenta na concepção de que os sujeitos são socialmente construídos pelas interações do meio que vivem, ao mesmo tempo que atuam na realidade, transformando-a e sendo transformados por ela (ANDRÉ, 2013). Utilizamos como instrumento de coleta de dados o questionário com questões abertas acerca da problemática investigada.

O Universo do Estudo

O estudo ocorreu com educadores que fazem parte da Rede Federal de Educação. São servidores públicos do IFPE *campus* Cabo de Santo Agostinho, um município razoavelmente grande e que faz parte do Estado de Pernambuco, possui mais de duzentos e três mil habitantes segundo o último censo de 2022, no qual a política de educação inclusiva procura se fortalecer e se adaptar as necessidades e desafios que surgem ao longo do tempo. Os acompanhamentos foram realizados no contraturno com a pedagoga do *campus* com três estudantes com deficiência intelectual, dois deles estavam matriculados nos cursos técnicos e um num curso de tecnologia. Foram entrevistados três professores dos alunos que foram assistidos pelo acompanhamento pedagógico.

Participantes

Três professores que fazem parte dos cursos que os alunos com deficiência intelectual estão matriculados. Na pesquisa, os docentes entrevistados assumiram as nomenclaturas de P1, P2 e P3.

Procedimento de coleta de dados

Foi realizada uma entrevista semiestruturada com os docentes a partir das seguintes questões: 1) De que forma o acompanhamento pedagógico contribuiu para o êxito escolar dos estudantes assistidos? (Esclarecer se ajudou ou não quanto aos conteúdos trabalhados nas turmas regulares, falar sobre os resultados avaliativos destes estudantes, explicar se é positivo ou negativo o resultado do atendimento individual); 2) Houve adequação na forma de avaliação e de condução das atividades dos alunos assistidos em sala de aula? 3) Sobre o campo das emoções, você conseguiu perceber mudanças no comportamento dos alunos assistidos? Quais? 4) Percebeu alguma mudança na socialização desses alunos com os demais alunos da instituição?

A partir da entrevista semiestruturada foi possível analisar a fala dos docentes e categorizar a análise dos dados. Os docentes descreveram seus pensamentos, e de acordo com suas respostas podemos valorar e considerar a subjetividade e flexibilidade na sequência das etapas de pesquisa (TRIVINOS, 1992).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Categorias de Análise

Quadro 1 – Categorias de análise e os assuntos tratados

<i>Categorias de Análise</i>	<i>Assuntos tratados em cada categoria</i>
Assistenciabilidade pedagógica inclusiva para o DI (Deficiência Intelectual)	Orientação referente a atividades propostas ao DI (Deficiência Intelectual) e sua inclusão em salas de aula.
Aproveitamento do DI nas atividades propostas	Influência referente a autoestima e uso da oralidade nas avaliações
Desenvolvimento das Habilidades comportamentais	Socialização; autoestima.

Fonte: Elaboração própria

Assistenciabilidade pedagógica inclusiva para o DI (Deficiência Intelectual)

Com os informes categorizados e apresentados no quadro 1 faremos uma análise referente aos dados nele apresentados com as quatro categorias das respostas dadas pelos participantes envolvidos na pesquisa e os assuntos tratados em cada uma delas.

É valioso já de início conhecer como ocorre a inclusão escolar e seus impactos na assistência pedagógica ao ADI (Atendimento ao Deficiente Intelectual), bem como o direcionamento das atividades propostas a este grupo.

A professora (P1) esclareceu que o atendimento individualizado ofereceu maior e melhor resultado quanto a compreensão aos conteúdos já trabalhados em sala de origem refletidos em bons resultados avaliativos.

O acompanhamento pedagógico contribuiu para que os alunos pudessem acompanhar os conteúdos estudados, realizando as atividades propostas. Com o acompanhamento os alunos conseguiram ter mais compreensão dos assuntos e obtiveram boas notas nas avaliações. (P1)

Verificou-se, através dos dados referentes a questão inicial que as professoras concordaram em esclarecer a importância de que o atendimento inclusivo de estudantes com

Deficiência Intelectual em suas respectivas sala, ajuda na compreensão dos conteúdos estudados de tal forma que se torna um facilitador para melhoria de resultados avaliativos, mas que é desafiador de acordo com Glat e Blanco (2009, p. 30), “[...] introduzir uma educação inclusiva numa instituição de ensino não é uma ação fácil de se pôr em prática. A instituição nesse momento se reinventa, e passa a melhor preparar seus professores para realização deste acompanhamento de forma que venha garantir êxito e estratégias de ensino de forma efetiva.

Com o exposto nesta categoria é possível compreender que o AEE do município procura seguir as orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a).

Aproveitamento da DI (Deficiência Intelectual) nas atividades propostas

Quanto ao aproveitamento dos estudantes diante das atividades propostas, o acompanhamento pedagógico foi essencial. O setor acompanhou os alunos nas atividades, orientando e adaptando os conteúdos, como também auxiliando os docentes quanto aos melhores caminhos avaliativos, como podemos observar nas falas dos professores entrevistados e elencados abaixo:

Sim. O setor de pedagogia orientou como deveriam ser realizadas as avaliações para os alunos com Deficiência Intelectual, como também eles tinham mais facilidade em aprender e resolver as atividades. Na sala de aula alguns procedimentos foram adotados para melhoria do aprendizado desses alunos. As apresentações orais foi uma estratégia utilizada para avaliação, pois os alunos apresentam mais dificuldade em provas escritas. (P1)

Sim, com o suporte do acompanhamento pedagógico foi possível pensar novas formas de atividades avaliativas. (P2)

Logo, valorizando a oralidade se faz possível com proposta de seminários, conhecer um caminho que veio a oferecer condições para a ocorrência de uma forma avaliativa. Existe uma concordância que se une com o pensamento de Aranha (2000):

[...] a ideia de inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade. Isso significa garantia do acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social (ARANHA, 2000, p.2).

Com o procedimento das apresentações orais a interação entre os estudantes foi uma estratégia valiosa e positiva, já que as provas escritas eram a representação de problema e

dificuldade. O importante e significativo dessa ação é a valorização do espaço em relação ao outro e o forte respeito das limitações e diversidades considerando as falas e os pensamentos de todos os estudantes em pleno desenvolvimento e aprendizado

Desenvolvimento das Habilidades comportamentais

Na entrevista ainda foi possível perceber que P1, P2 (com exceção do estudante de hotelaria) e P3 concordaram em dizer que a socialização dos estudantes em relação aos outros estudantes da sala foi positiva e inclusiva quebrando o paradigma que revela discriminação, intolerância e julgamentos negativistas.

A aluna assistida melhorou o entrosamento e a autoconfiança na medida que foi conseguindo compreender o conteúdo de sala de aula e a realizar com êxito as avaliações. (P1)

Especificamente no caso do estudante de hotelaria não observei nenhuma mudança significativa. (P2)

De modo geral, o acolhimento possibilita novos saberes experienciais para os estudantes e, conseqüentemente, promove maior socialização e menos julgamentos equivocados. Ou seja, permite que se rompa paradigmas de exclusão e intolerância. (P3)

Considerar a autoconfiança desses alunos com deficiência intelectual se trata de oferecer-lhes a oportunidade de se reconhecer como pessoa pertencente a sociedade como um todo.

Torna-se significativo a busca de caminhos por parte da equipe pedagógica da instituição juntamente com os professores que se dedicam neste acompanhamento, causando o impacto da fala e do pensamento deles. Estes estudantes ao se descobrirem capazes de participar no processo do ensino aprendizagem enriquecem seus conhecimentos e desenvolvimento cognitivo, podendo viabilizar a reflexão da comunidade escolar sobre suas reais capacidades

Ao inserir a cultura do acolhimento há a aceitação das divergências, e nisso se fundamenta a inclusão. Carvalho (2011) defini a escola inclusiva como aquela que consegue “desenvolver culturas e práticas inclusivas, marcadas pela responsividade e acolhimento, que oferece a todos os que participam do processo educacional escolar” é “acolher a todos os alunos, oferecendo-lhes as condições de aprender e participar”.

Analisar o rendimento escolar de aprendizagem para o professor sabe-se que não é tarefa fácil, no que tange a uma educação inclusiva, mas com uso de instrumentos de registros esse profissional pode, sem envolver o lado pessoal e emocional, anotar o passo a passo do desempenho de seus estudantes em sala de aula. Sobre usar instrumento que sirva de registro,

Fávero, Pantoja e Mantoan (2007, p. 54) compreendem que “A intenção desse registro é levantar dados para melhorar a compreensão do processo de aprendizagem e para o aperfeiçoamento da prática pedagógica”, acrescentando:

[...] vários são os instrumentos que podem ser utilizados para avaliar, de modo dinâmico, os caminhos da aprendizagem, como: os registros e anotações diárias do professor, os chamados portfólios e demais arquivos de atividades dos alunos e os diários de classe, em que vão colecionando dados, impressões significativas sobre o cotidiano do ensino e da aprendizagem (FÁVERO; PANTOJA; MANTOAN, 2007, p. 54).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto foi possível alcançar o objetivo que era perceber na inclusão escolar o impacto no acompanhamento pedagógico dos alunos com Deficiência Intelectual considerando o espaço comum da sala de aula em uma Instituição Federal de um município de médio porte (Cabo e Santo Agostinho) no estado de Pernambuco.

Quanto aos relatos dos professores em questões propostas de forma semi estruturadas evidencia-se que os educadores compreendem que estão em busca de uma educação inclusiva que considere a importância da frequência e permanência dos alunos com Deficiência Intelectual nas salas comuns juntamente com os demais estudantes.

Ainda se faz notório a unanimidade em considerar uma nova forma de avaliar os conteúdos como positiva, e que só vem a contribuir com melhor desenvolvimento cognitivo destes estudantes, proporcionando através da fala, do debate, da roda de conversa e do seminário (atividades orais) um leque de oportunidade para um envolvimento pessoal e de respeito mútuo entre todos os estudantes da turma.

Ao longo do trabalho de pesquisa as respostas dadas pelos P1, P2 e P3 chamam a atenção para o fato de que os estudantes precisariam de uma situação desencadeadora que direcionasse positivamente o aprendizado dos conteúdos estudados, e que a forma de descobrir este caminho seria se utilizando da oralidade dos alunos. Com esta orientação que adveio da coordenação pedagógica da Instituição de ensino, se tornou possível a promoção de uma efetiva socialização e sentimento de pertencimento por parte de cada discente.

Vale a pena ressaltar que um aspecto importante se destacou na fala dos professores: a socialização entre os estudantes como fato positivo nessa ação de acompanhamento ao aluno

com deficiência intelectual. Na qual eles afirmaram a melhora da autoestima e a aceitação das diferenças entre eles. Ao pensar no aproveitamento do aluno com deficiência intelectual, o professor revisita seu próprio fazer pedagógico e sua metodologia, sem, no entanto, deixar de pensar em melhor se qualificar.

É possível concluir que a política de inclusão precisa perpassar por oferta de formações continuadas como proposta que envolva novas práticas pedagógicas. Com os resultados da pesquisa realizada nos deparamos com a importância de se implementar formações continuada para professores da rede federal.

Sugere-se criar novas pesquisas que possa acompanhar o trabalho pedagógico que ocorre nas salas com a intenção de um melhor aproveitamento do aluno com deficiência intelectual de forma mais efetiva e bem direcionada.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/7441-Texto%20do%20artigo-19159-1-10-20191016.pdf>

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em março de 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.5

FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. M. P; MANTOAN, M. T. E. Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientação pedagógica. 2007. Disponível em: . <http://www.dominiopublico.gov.br> Acesso em 08/ de dezembro de 2023.

